

Ô Senado tal como ele é

Uma questão revela que o Direito é torto e a ética, prosopopéia

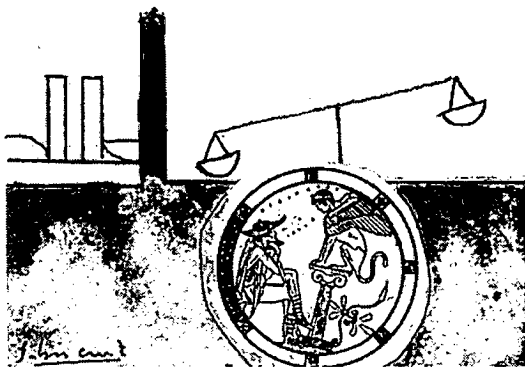
Claudio Lachini



Se a política é uma arte, e não uma ciência, como a classificou o chanceler da Prússia, Otto von Bismarck, em discurso de 18 de dezembro de 1863, a comissão de ética do Senado, em sessão policial de acareação entre os senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda — com a participação especial da funcionária Regina Célia Borges —, demonstrou que, entre nós, ela, a política, é arteira. No sentido da puerilidade de quem faz arte, geralmente atribuído à criança traquina, astuciosa. O senador Arruda, cândida figura empostada, insinua que estava a mando de si mesmo, escondido do Palácio da Alvorada, ele que era líder do governo; o senador Antônio Carlos, de quem se usou o nome para violar o painel eletrônico de votação, e essa é a questão primária, confessa-se inocente e, em nome da defesa da instituição, diz ter rasgado a lista que entregava quem votou contra a cassação do senador Luiz Estevão. Foi, e ele o alega, o guardião do sigilo, “em defesa do Estado”. Dona Borges, compungida, ar de uma freira que apenas abandonou o hábito, personifica a vítima indefesa diante das circunstâncias. Se violou — e confessou-se unvida de temor reverencial —, foi por cumprir ordens. A corrupção da língua portuguesa falada no Brasil, nesse caso, é um exemplo da falência semântica: um pedido (Arruda diz que “pediu”) é uma ordem! Ou da flacidez geral: atende-se ao pedido por medo de perder o emprego, ou sofisticado beija-mão.

Atribui-se a Rômulo, fundador de Roma, a instituição do Senado. Na antiga República Romana, era uma assembléia constituída pelos 100 ci-

dadãos honrados, com poderes consultivos e deliberativos. Representava os interesses da aristocracia e, entre nós, dois milênios depois, da classe dominante. A competência do Senado é exercida em atos legislativos, na qual se assemelha à Câmara dos Deputados. Mas a ele compete processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República em crimes de responsabilidade; processar e julgar, também os ministros de Estado, do Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União. Aprova, e parece não reprovar nunca, o nome do presidente do Banco Central, os chefes de missões diplomáticas permanentes, e au-



toriza operações financeiras externas, às vezes proteladas por interesses paroquiais. Há outras atribuições, cuja menção seria enfadonha neste espaço, mas a verdade é que o Senado tem mantido a postura de uma casa revisora e, eventualmente, moderadora do processo legislativo federal.

Ora, o Senado não tem culpa se a televisão atribuiu a esse episódio da acareação uma importância que, a rigor, não tem. Se a imprensa dá tamanho valor ao secundário, embora os resvalos éticos pareçam graves, é porque não foca o principal, que a sociedade espera de seus representantes. Não chegam ao conhecimento do público as iniciativas, quando as há, de coibir o abuso de Medidas Provisó-

rias, uma herança da ditadura, ou de reformas imprescindíveis ao País, como a dos códigos Civil, Penal, Comercial etc. Ou do Judiciário, que chega a julgar uma causa até oito vezes, enquanto a própria França não julga a mesma questão mais do que três vezes, como lembra o advogado Antônio Gouvêa Júnior. Parece que vivemos ainda sob a égide das leis adaptadas do Código Napoleônico de 1804, uma fusão do Direito Romano e institutos jurídicos menos evoluídos, como a excrescência do laudêmio, enquanto o mundo gira na era das comunicações instantâneas. A roda do carro de bois range e o Senado adormece sob o tanger da prosopo-

péia lingüística dúbia, na qual os arteiros são exercitados. O declínio de valores, que antes do Plano Real corroía a moeda, foi transferido para as mentes.

É verdade que se deu tamanho relevo ao episódio que do mesmo não se pode mais escapar. Se a questão é regimental, como disse o senador Ramez Thabet, que se cumpra o regimento sem rasgar a ética. O Senado não pode fugir à sua responsabilidade. Se todos mentem, são verdadeiros representantes de heróis anônimos, que fazem o mesmo, não por maldade, mas por traquinagem de arteiros da sobrevivência na selva. Este é o Brasil real. Todo dia, um arteiro corta uma árvore ou infringe uma lei qualquer, dessas que são feitas para tapar o sol e acomodar um doentio fausto que se esvai. Até quando o Senado curvar-se-á ao peso de leis arcaicas e mentes invertebradas? Quando recuperará a função de poder revisor e moderador? Até quando, enfim, para não deixar de parafrasear Cícero, abusará de nossa paciência? O País espera que a resposta seja clara e rápida, em nome do povo e da Democracia. ■

E-mail: clachini@gazetamercantil.com.br